

Retomada campanha contra a privatização

Foi lançada esta semana uma nova etapa da campanha "Não à privatização da Eletrosul e Celesc" em todo estado de Santa Catarina. Em Florianópolis aconteceram atos em todos locais de trabalho, abertos com a apresentação de um esquete teatral do grupo "Atormenta".

Na representação um eletricitário aparece como réu no julgamento pela sua condição de trabalhador em uma estatal. Nesta ocasião foi distribuída a segunda peça publicitária da campanha: um fôlder que representa uma calculadora, útil para avaliar quanto cada trabalhador dedicou de sua vida à empresa.

A primeira peça é uma carta destinada à família dos eletricitários com objetivo de chamá-los a se unirem a este trabalho contra a venda das empresas.

Na semana que vem começa a distribuição de uma cartilha que fala sobre a energia como um bem público. Ela tem como público alvo formadores de opinião e a população em geral. Na sequência serão veiculadas propagandas nos meios de comunicação de massas.

Gastão Cassel, ex-editor do LV e hoje na Quórum, empresa responsável pelo marketing desta campanha explica: "o primeiro desafio é romper a apatia da própria categoria. O jogo pesado da imprensa e do governo estabeleceu um falso consenso sobre a irreversibilidade das privatizações. A campanha vai demonstrar que o esforço da categoria para construir



Lançamento da campanha no Sertão/Eletrosul



Apresentação do esquete na Central/Celesc



estas empresas públicas, reconhecidamente competentes, não pode ser jogado no lixo. Os eletricitários precisam recuperar o orgulho de trabalhar em empresas que prestam serviços essenciais. Para a sociedade, a campanha vai demonstrar o risco a que ela fica exposta com o setor elétrico privatizado. O recurso a ser usado será o humor que surgirá em breve na programação de TV. A campanha é afirmativa. O slogan "energia é um bem público", trabalha com o fato de que todos pensam na energia como algo público, mas que esta 'obviedade' está ameaçada."

Os debates em Câmaras de Vereadores, escolas e associações continuarão e devem ser incrementados com a participação de cada trabalhador da Celesc e Eletrosul. Ele deve procurar seu sindicato para se engajar nesta luta, dando sugestões e acompanhando estas visitas na sua comunidade.

"Se não fizermos nada agora começaremos a viver um pesadelo. A venda da Eletrosul e Celesc não é um fato consumado, mas um desejo neoliberal. Nossa participação nisto não deve ser confusa. Temos que tomar cuidado para não fortalecer a atuação dos nossos opositores, buscando amenizar um problema contra o qual na verdade o que temos que fazer é lutar e nos opor. Artifícios como clubes de investimentos são uma excrecência. As pessoas que querem a privatização buscam com isto apenas diminuir a resistência contrária, amenizar os problemas e conseguir vender as empresas", conclui Arno Cugnier, diretor do Sinergia.

Luiz Otávio da Rosa Borges/ do sindicato de Auditores/Recelta Federal/SP

São três as maiores causas da degradação do serviço público no Brasil. A primeira e maior tragédia é a que podemos chamar de "cultura do descompromisso". Existe uma minoria de chefes e servidores descompromissados com os problemas da população. Embora haja leis e regulamentos para combater a anarquia reinante, a administração convive "numa boa" com as safadezas dessa minoria, essa convivência arrasa o ânimo e a motivação da maioria dedicada e trabalhadora, desmoraliza o serviço público perante a sociedade e os servidores sérios perante a sociedade e os servidores sérios perante si mesmos. A segunda causa que estraga a administração pública é o apadrinhamento. No Brasil, o número de cabos de livre nomeação é enorme. Só no Executivo Federal eles somam 20 mil. Na Assembleia Legislativa de São Paulo são cerca de dois mil. Isso facilita sensivelmente a nomeação dos mais variados tipos de apaniguados. O problema é que, em geral, aquele que apadrinha pessoas não está comprometido com a coisa pública e o apadrinhamento, por sua vez, sente-se obrigado junto ao seu padrinho e não junto à coletividade a que deveria servir. A terceira questão é a distância que há entre o contribuinte e a burocracia. Para o cidadão que paga seus impostos religiosamente e não encontra no serviço público a contrapartida esperada resta, quando muito, reclamar ao bispo. Não há mecanismos que garantam a crítica ou as sugestões. A distância esconde da sociedade os atos de padrinhos e apadrinhados, fechando um círculo vicioso que corrói a administração pública há décadas.

O governo, por sua vez, diz no Plano diretor da Reforma que o objetivo da reforma administrativa é "a introdução, na administração pública, da cultura e das técnicas gerenciais modernas". São palavras animadoras. O País precisa, desesperadamente, de mudanças comportamentais na administração pública para que a sociedade como um todo receba um atendimento minimamente satisfatório. No entanto, a realidade destoa do discurso oficial. O governo esquece que não precisa aprovar uma ampla reforma administrativa para implantar técnicas gerenciais modernas, treinando e desenvolvendo seus quadros gerenciais e funcionais. Também não seria necessária a aprovação da reforma para combater a vergonhosa cultura do apadrinhamento, ela pode ser eliminada por meio da redução drástica da quantidade de livres nomeações. Também não faz nada para reprimir o descompromisso e aconivência, apesar de a decisão exigir seriedade de todos os escalões hierárquicos sempre ter estado ao seu alcance. Na verdade, o governo finge não perceber que tudo isso pode ser feito sem que seja necessária uma mudança na Carta Magna. Para que a administração pública se torne mais eficiente não é preciso mudar a Constituição.

A proposta oficial do governo tenta criar um esdrúxulo regime de "contrato de emprego público". Essa proposta abre um caminho perigoso para o Brasil. Os oportunistas e aproveitadores poderão contratar funcionários sem estabilidade, sem garantias, sem direito à Justiça do Trabalho. Eles poderão, inclusive, se livrar dos servidores que insistirem que tentam se apropriar do Estado. Poderão, ainda, pressionar economicamente os servidores que não se curvarem, colocando-os em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço. Sob o pretexto de reduzir despesas, poderão demitir funcionários estáveis, admitidos por concurso público, e manter pessoas que entraram pela janela ou pelo porão. Em suma, a emenda instaura um Estado bandido, propício aos desatinos das perversões e paixões políticas e à roubalheira dos recursos públicos. Cabe ao congresso rejeitar uma reforma que favorece exatamente os reprováveis costumes que há tanto tempo infelicitam a Nação.

Artigo publicado na Revista Isto É.

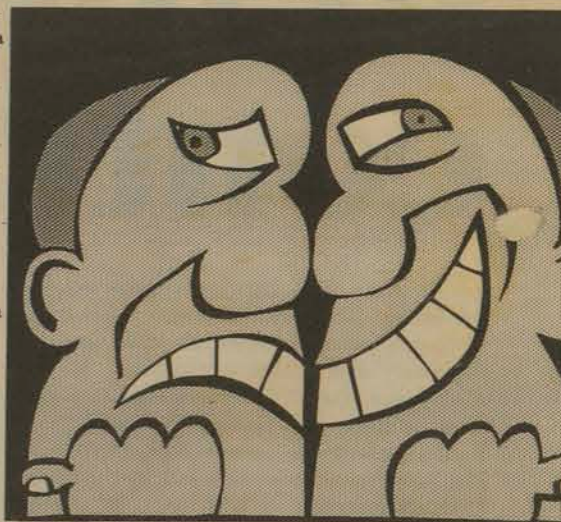
Não dá pra entender tanta contradição!

"Nós estamos no fundo do poço. Pior do que isto não pode ficar" O desabafo expressa a indignação dos nove despachantes de carga da Celesc que há dez anos solicitam reposição de pessoal e nos últimos tempos, até mesmo material de expediente. Pode-se dizer que o despacho de carga é o coração da empresa. É de responsabilidade deste setor toda a operação, supervisão e o controle das transmissões e interligações da Celesc em todo o estado. "É como se fosse a torre de controle de um aeroporto", comenta um dos despachantes. Por isso a "sala de controle" precisa estar, 24 horas por dia, com profissionais em prontidão. O certo e mais humano seria que trabalhassem sempre em duplas. Mas as contenções de despesas da empresa não permitem que isto aconteça.

Forçadamente eles fizeram um acordo com sua chefia quanto ao revezamento. Dos 90 turnos do mês, 30 são efetuados por uma pessoa. Há duas semanas o profissional que cobria o turno das 22 horas às 6 horas ficou doente e precisou procurar a emergência do Hospital Universitário. O atestado médico indica o horário de atendimento: 3h15. Mesmo doente, ele ainda voltou para o serviço preocupado, apesar de ter sido liberado pela chefia. Durante uma hora e meia não havia ninguém no Centro de Operação. Por sorte não aconteceu problema algum. Mas poderia e por "contenção de despesas" todo o estado correu o risco de ficar no escuro. "Isto é um caso inédito. Não temos notícia de que ocorra em nenhuma outra empresa elétrica", falam os despachantes. Além disso eles praticamente não têm vida social, já que não têm horário fixo de trabalho.

Há seis meses estes profissionais foram transferidos para a sede

Celesc prioriza investimentos em detrimento dos funcionários



Atingidos de Machadinho esperam solução

Ficou marcada para dia 10 de agosto a próxima reunião entre os atingidos pela barragem de Machadinho, a direção da Eletrosul e o fórum dos atingidos formado por prefeitos e seus representantes na região. Até lá a empresa vai buscar uma fórmula que possibilite a formação de uma comissão que dê representatividade a estes três segmentos com o objetivo de resolver os problemas comunitários surgidos com a obra da barragem.

A deliberação foi tomada pelo presidente da Eletrosul, Cláudio Ávila, na segunda-feira durante encontro com a Crab, e uma comissão dos proprietários de terras na área.

O fórum, constituído junto aos prefeitos da região e representantes de atingidos escolhidos por estes prefeitos, foi desautorizado a negociar em nome dos proprietários. "Como vou deixar que este fórum venda a minhas terras se estes mesmo prefeitos são os que põe a polícia a bater na gente? Eu fui capaz de comprar a minha terra e também tenho competência para vendê-la", explica uma das

40 pessoas que acompanharam a Crab na viagem à Florianópolis, segunda-feira. Um dos técnicos da Eletrosul, responsável pelas negociações em Machadinho, continuou assegurando que todos os problemas já haviam sido discutidos e resolvidos, de acordo com um documento assinado dia 27 de maio deste ano, que leva 40 assinaturas. A Crab explicou que a maioria da comunidade se sente intimidada com a atuação dos prefeitos e que inclusive apontaram quem seriam os 40 representantes. Uma boa parte dos proprietários é analfabeta e nas poucas atas de encontros entre Eletrosul e o fórum (são 16 atas de um total de mais de 40 reuniões) muitas vezes a única pessoa que sabe escrever assina pelos outros. Representatividade passível de dúvidas.

Além do preço a ser pago por suas propriedades, uma das grandes preocupações dos colonos é sobre a madeira que fazia parte das reservas delimitadas pelo Ibama. O prazo dado para o corte e a dificuldade de retirar esta madeira da região impossibilita sua comercialização.

Dia Nacional de Lutas



Trabalho, terra, moradia, salário, previdência pública, justiça e contra as privatizações. Estas são as palavras de ordem do Dia Nacional de Lutas, que acontece nesta sexta-feira, dia 25, nas principais cidades do país e é liderado pela Central Única dos Trabalhadores. Outro ponto importante da manifestação intitulada ABRE O OLHO, BRASIL! é a repulsa pela condenação a 26 anos de prisão de José Rainha, líder do MST, enquanto os verdadeiros culpados pela situação caótica que o país se

encontra continuam posando como heróis. Neste dia milhares de brasileiros do campo e das cidades farão diversas atividades no combate às políticas neoliberais do governo FHC, que promove o desemprego e aumenta a exclusão social.

Em Florianópolis haverá manifestações no Terminal Urbano Cidade de Florianópolis. Nesta quinta, dia 24, vai acontecer panfletagem, e na sexta trabalhadores de diversas categorias participaram de uma grande concentração no mesmo local, a partir das 15 horas.

da Celesc, com a promessa de melhores condições de trabalho. Até agora nada mudou e eles correm ainda o risco de perderem um de seus direitos assegurados pela justiça e que usufruem há 30 anos: a condução casa-empresa-casa. "Outro absurdo que chega a ser cômico: como é possível que o Centro de Operações, responsável pela energia do estado, fique às escuras?", questionam os despachantes. Frequentemente falta luz no despacho de carga e não existe um sistema auxiliar de energia, apenas uma bateria que garante energia por uma hora!

O projeto grandioso da empresa é que a função de operador de sistema desapareça e que as estações sejam teleassistidas por polos regionais. Realmente, economiza com pessoal, mas o consumidor espera dez vezes mais do que se existisse um operador na sua cidade. "Com esta política a Celesc está atrasada uns 40 anos. Queremos condição de trabalho e respeito profissional e nos tratam como se fôssemos um jardim de infância...", lamentam os despachantes da Celesc.

As contradições...

Ao mesmo tempo em que estipula regras para o recebimento de adicional de periculosidade, não repõe pessoal nas áreas essenciais da empresa e não valoriza os funcionários que a fizeram crescer (de acordo com a Revista Exame, a 4ª maior do setor elétrico no país em %), a diretoria da Celesc investe seu dinheiro em coisas que agora são supérfluas. As últimas são o aluguel de um avião pela bagatela de R\$ 70 mil mensais à Codesc; a preferência por pessoal de fora em vez dos funcionários do DPIN para instalar o programa Windows 95 nos micros da empresa; o acordo com a Epagri, pelo qual nos próximos cinco anos a Celesc repassará ao Centro Integrado de

Meteorologia e Recursos Hídricos de SC (Climerth), a quantia de R\$ 72 mil anuais para cumprir o convênio que visa "desenvolver e difundir tecnologias que contribuam na condução de atividades relativas ao clima e recursos hídricos no estado". A pergunta é: porque agora a Celesc tem interesse no clima? Pra encerrar: a empresa é a patrocinadora do Encontro Regional de Despachantes da Região sul, que acontecerá em Florianópolis em outubro. "Nada temos contra os gastos com eventos deste tipo porque são ótimos para o crescimento profissional. Mas incentivar por um lado e degradar do outro é desumano", comentam os despachantes de carga.

Até quando vai a novela da PLR?

Em substituição à cláusula de Produtividade, as empresas prometem o pagamento da PLR, reconhecida em 1995. Desde que o DIEESE calculou o repasse de 30% dos resultados, o pagamento nunca foi feito. Por dois anos a novela continua... Na semana passada Intersul e Eletrosul reuniram-se mais uma vez para discutir as nove metas que a empresa e os empregados precisam atingir para permitir o repasse. A Eletrosul não abre mão do cumprimento tal qual foi apresentado das metas. A Intersul pediu a retirada da meta que trata da redução na frequência de acidentes de trabalho, pois a pressão por resultados financeiros vai aumentar o número de acidentes e não aceita a consideração dos abonos por atestado médico como falta imotivada para o cálculo do índice de absenteísmo individual. É contra a lei. Quanto ao montante a ser distribuído, a empresa estipula o máximo de um salário de dezembro de 97. Mas a Intersul avalia que nem mesmo o empregado padrão vai receber 100% do valor porque dependerá do cumprimento das metas e, consequentemente, da tabela de pontos. Mesmo com a cobrança da intersindical para a antecipação de 50% do valor e igual a todos, a empresa persiste na tese dos 30%. A Eletrosul só pagará depois do fechamento nacional com todas as outras empresas.

Na reunião entre o Coletivo Nacional dos Eletricistas e a Eletrobrás dia 22, a empresa pediu a enumeração de todos pontos que estão emperrando as negociações. As posições do CNE são as mesmas da Intersul e o coletivo está chamando para dia 31 uma mobilização nacional pelo PLR.



SURUAGY

O governador de Alagoas, Divaldo Suruagy (PMDB), até que tentou escapar da punição pedindo uma licença. Mas a oposição da Assembleia Legislativa de Alagoas transformou este pedido em afastamento. Ao contrário do que aconteceu aqui, Suruagy deixou o cargo imediatamente e até agora não se tem notícia de mudança de voto de deputados devido acordos com o governo. Alagoas dando lição de moralidade para Santa Catarina.

EXPRESSO TATIM

Antes de sair da presidência da Celesc, Paulo Tatim quer promover seu motorista com um aumento de salário, à revelia do PCS. Tatim foi alertado da "ilegalidade e imoralidade" do seu ato, mas não cansa de pedir pareceres administrativos e jurídicos, com fim de justificar o "presente". Farta documentação sobre mais este trenzinho da alegria possibilita a promoção de uma ação popular, que descarrilharia este trem do presidente Tatim.

COLETIVO DE GÊNERO

A mulher, a saúde pública, o CPMF e repasse de verbas para o SUS. Estes são os temas do coletivo de Gênero desta quinta-feira, dia 24, que acontece no auditório do Sinergia às 18h30.

APOSENTADORIA

O relatório de emenda da reforma previdenciária do Senador Beni Veras (PSDB/CE) foi aprovado pelo Congresso na semana passada. A partir de agora o limite máximo para benefícios do Regime Geral do INSS será de R\$ 1.200,00 e deverá ser corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios da Previdência Social. Veras garante que tão cedo não será necessária outra reforma.

CELESC AUTUADA

Mesmo depois de quase um mês da solicitação do sindicato, nesta semana fiscais da Delegacia Regional do Trabalho atuaram a Celesc em dois pontos: por descumprir a lei, não mais pagando adicional da periculosidade aos empregados que têm esse direito e por estar impedindo os técnicos de segurança de exercerem suas funções em áreas de risco, também regulamentada por lei e essencial nestas atividades. A DRT deu o prazo de 10 dias para a empresa defender-se do conteúdo da autuação. Em função disto a Intercel já marcou uma reunião com a Diretoria Administrativa da empresa para o dia 1º de agosto.

expediente

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de SC. Jornalistas Responsáveis: Marli Cristina Mazza (DRT/RS4966) e Alessandra Mathias (SC 00755 JP). Ilustrações: Frank Maia. Diretoria de Imprensa: Olga Leocadia Vieira. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fax: (048)224-9104.

EDITORIAL

Desejo e realidade

Na terça-feira, dia 15 de julho, Carmem Lucia, diretora financeira do Investlight, Clube de Investimentos dos Empregados da Light que comprou ações da empresa quando foi privatizada no ano passado, esteve na sede da Eletrosul explicando o funcionamento e perspectivas deste tipo de organização. Mas pouco teve a dizer a respeito da grande pergunta que está na cabeça de todos: "que ganhos o Investlight conquistou a favor dos trabalhadores na privatização?" Carmem Lucia conseguiu apenas declarar que "renegociamos to-

dos contratos com os fornecedores e discutimos o plano de redução de pessoal com os controladores". Nada que impedisse aos novos "controladores" demitir quatro mil empregados em uma semana, mas que permitiu que alguns achassem que estavam fazendo alguma coisa por causa do assento que o Investlight tem na diretoria colegiada da nova Light.

O Sinergia, assim como o sindicato de Furnas, é contra a participação de trabalhadores em clubes de investimento, ou qualquer outro artifício que signi-

fique a inserção da entidade no processo de privatização. É bastante conhecida e já foi divulgada inúmeras vezes parte da cartilha de privatização do Banco Mundial em que é enfatizada a importância de cooptar os trabalhadores das empresas a serem privatizadas. Mecanismo como clubes de investimento e fóruns de apoio ao trabalhador da empresa a ser vendida são imprescindíveis. Se a resistência for muito grande, a compra da empresa passa a ser vista sob a perspectiva dos desgastes assumidos e da in-

segurança a respeito do futuro que os investidores passarão a sentir. Foi o que aconteceu na Grã-Bretanha. Thatcher não vendeu o setor elétrico porque seu discurso foi se esgarçando e se tornou impopular. Hoje nos defrontamos com a propaganda da terra arrasada que diz: "A Vale já foi vendida, a CSN, Usiminas foram pro saco, a Light e Escelsa têm donos privados. O resto é questão de tempo". A realidade não é esta. Este é um sofisma de marqueteiros neoliberais, apenas a expressão de um desejo.

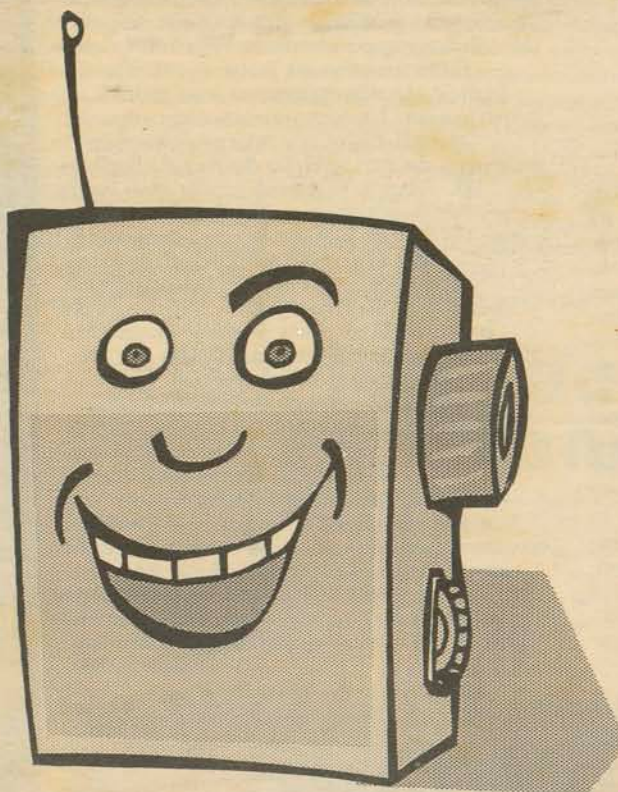
Rádios Comunitárias

Da gente para a gente

O brasileiro é pouco representado nos programas de rádio ou televisão. O que aparece são estereótipos fabricados por preconceitos que visam a manutenção do ponto de vista da elite ou a representação barata dos menos favorecidos, quase sempre motivo de temas policiais. Assim o "dono do gado" é sensível, simpático e sexy. As mulheres e homossexuais são alvo de piadas em programas de FM. As donas de casa se mostram desesperadas em fazer qualquer coisa "tudo por dinheiro" ou enlameiam-se na "banheira do Gugu".

Mas as coisas estão mudando.

No Brasil já existem mais de 1.500 rádios "comunitárias" e muitas delas apresentam uma programação democrática e voltada às comunidades de bairro e seus problemas. Mauroessil Cursino Elizeu, diretor do Sindicato dos Radialistas de São Paulo e da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço) fala deste novo fenômeno brasileiro, em entrevista ao jornal Opinião Socialista.



O que é uma rádio comunitária?

Elizeu - O movimento é amplo. Há emissoras de todos os tipos. Comerciais, segmentadas (por exemplo: religiosas, que só tocam rock, só de notícias, etc.), rádios da direita, da esquerda.....Para nós o fundamental é que mantenham os princípios defendidos pela Abraço. Infelizmente a maioria ainda não têm concessão do estado para operar.

Mas há várias rádios Am e FM com concessão que têm este mesmo tipo de programação.

Elizeu - É verdade. Mas há duas diferenças básicas. A primeira é a potência, que nas comunitárias em média é de 50 watts (ou um raio de alcance de 5 km). A outra é a programação dirigida aos bairros. O importante é entender que a população tem direito ao acesso aos meios de comunicação e, já que as grandes empresas não abrem espaço, é preciso aceitar os meios alternativos de comunicação de massa.

O que a Abraço está fazendo para que o governo reconheça as rádios comunitárias?

Elizeu - O problema não é reconhecer. Elas existem independente da vontade do governo. Ano passado o Ministério das Comunicações fechou mais de 300 em todo país e, mesmo assim, hoje há mais rádios comunitárias que no ano passado. Além disso a Constituição de 88 já prevê a existência das rádios comunitárias. O que queremos é aprovação da regulamentação para tanto.

Qual a proposta de regulamentação da Abraço?

Elizeu - Queremos potência de até 50 watts (contra 25 watts que é a proposta do governo) um espaço maior no dial, já que o Ministério das Comunicações quer destinar apenas duas faixas e algumas definições sobre o que é rádio comunitária. A proposta do Ministério das Comunicações na verdade é a da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) que defende os interesses das Globos, SBTs, Bandeirantes e companhia. É a proposta majoritária entre os deputados, mas estamos nos mobilizando contra este projeto. As rádios comunitárias já provaram que podem ser um instrumento importante para a população. Nelas o povo tem voz e pode transmitir suas manifestações culturais, esportivas, religiosas, políticas. É mais um instrumento para a construção de uma sociedade igualitária.

Quais os princípios básicos da Abraço?

Elizeu - Ter uma programação plural, não ter fins lucrativos e estar sob controle público. Defendemos estas três características como definição de uma rádio comunitária.

Como montar uma rádio comunitária

- 1) Organizar um setor da comunidade ou entidade que esteja disposta a montar a rádio.
- 2) Adquirir os equipamentos: um transmissor de rádio FM e uma antena (o preço varia de R\$ 1.800,00 a R\$ 4 mil); também é preciso uma mesa de canais que pode ser de seis, oito ou quatorze canais que coordena o funcionamento da rádio (sai por volta de R\$ 300,00).
- 3) Organizar a primeira programação e colocar a rádio no ar.
- 4) Definir um conselho com a presença de todos setores que participem da rádio.